

Governo faz tudo para mudar Carta

"O Governo vai concentrar esforços nas questões que assegurem a governabilidade do País". A declaração é do porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique de Almeida Santos, acrescentando que o Gabinete Civil e os líderes parlamentares se reuniram na tarde de ontem, no Palácio do Planalto, para fazer um levantamento das emendas já apresentadas que serão votadas no segundo turno dos trabalhos da Constituinte.

Segundo Carlos Henrique, o Governo está fazendo um estudo para a elaboração de 100 projetos de lei complementar, com vista a operacionalizar a Constituição, após ser promulgada. O porta-voz explicou, também, que o Governo está preocupado com o quorum na constituinte devido às eleições municipais, e está estudando a possibilidade de concentrar a votação dos temas polêmicos em um período mais curto.

FAZENDA

Nos próximos dias, técnicos do Ministério da Fazenda e das secretarias de Fazenda dos estados estarão reunidos com o objetivo de definir ações conjuntas contra algumas medidas aprovadas pela Constituinte. Os principais esforços estarão voltados para derrubar a anistia concedida aos pequenos e médios empresários e produtores rurais e a anistia para os débitos fiscais.

A idéia, segundo o secretário de Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho, é a de desenvolver um grande lobby junto aos deputados e senadores para aprovar as 14 propostas de emendas já encaminhadas pelos secretários de Fazenda para os parlamentares mais próximos dos governos estaduais.

Os secretários fizeram um estudo conjunto e firmaram ainda uma posição contra a estabilidade concedida aos funcionários públicos com mais de cinco anos de serviço, os benefícios aprovados para os aposentados e também a medida que permite que a Câmara e o Senado, através de uma resolução, conceda aumento de salário para os seus funcionários. Nesse caso específico, segundo explicou Machado, os secretários querem que seja aprovada uma emenda estabelecendo que o reajuste só poderá ser concedido através de uma lei.

(A tramitação das emendas no Congresso está na página 5)

Território pode ficar com a União

O senador João Menezes apresentou na noite de segunda-feira emenda supressiva ao artigo 17 das Disposições Transitórias do projeto constitucional, que devolve o território de Fernando de Noronha ao estado de Pernambuco. Na sua opinião, o arquipélago deve se manter vinculado à União, pois o País poderá precisar utilizá-lo futuramente como base aérea naval.

Segundo o senador, a "razão da Pátria" se contrapõe à "razão histórica" (o território já pertenceu à Pernambuco) mas também a supera em importância. "A União, de posse do domínio da Ilha poderá, mais facilmente, em caso de necessidade, construir uma base", argumenta João Menezes.

Paim quer anistiar mutuários

Anistiar a correção monetária para os financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação. É o que pretende o deputado Paulo Paim (PT-RS) que está preparando projeto de lei nesse sentido e que deverá ser discutido, segundo pretende o parlamentar, durante as negociações da anistia aos empresários e produtores rurais no segundo turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte.

Os principais pontos do projeto de lei em estudo são: os mutuários terão anistia a monetária no mesmo período concedido aos empresários e produtores rurais e serão beneficiados os mutuários com financiamento até 5 mil OTNs ou para quem ganha até 20 pisos nacionais de salário.

DESCONTO

O projeto de lei n-ao beneficiará deputados e senadores, quem possui mais de um imóvel rural ou urbano e nem os já anistiados pela Constituinte. Quem já pagou a correção monetária, terá este valor descontado do saldo devedor e os inadimplentes terão as suas prestações atrasadas transferidas também para o saldo devedor, reiniciando os pagamentos.

Na próxima semana, Paulo Paim manterá contatos com as demais lideranças do Congresso Nacional para que seu projeto tenha uma tramitação de urgência. As entidades que congregam mutuários estão organizando manifestações em defesa da anistia, que, segundo o deputado, não deve ficar restrita aos empresários (como a que foi aprovada pela Constituinte) mas também beneficiar os assalariados.